



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ -UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

DINORAH FRANÇA LOPES

**NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: A QUINA-QUINA NO PIAUÍ
(SÉCULO XVIII)**

**PICOS – PI
2023**

DINORAH FRANÇA LOPES

**NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: A QUINA-QUINA NO PIAUÍ
(SÉCULO XVIII)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal do Piauí (UFPI) e apresentado à Coordenação do Curso de História do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva.

**PICOS – PI
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

L864n Lopes, Dinorah França
Natureza e circulação de saberes : a quina - quina no Piauí (século XVIII)
[recurso eletrônico] / Dinorah França Lopes - 2023.
40 f.

1 Arquivo em PDF
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do
Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos, 2023.
“Orientador: Dr. Rafael Ricarte da Silva”

1. Brasil colônia. 2. História natural. 3. Piauí colonial. 4. Quina – quina.
I. Silva, Rafael Ricarte. II. Título.

CDD 981.03

**NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: A QUINA-QUINA NO PIAUÍ
(SÉCULO XVIII)**

Trabalho de conclusão do curso, apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma no curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva.

Data de aprovação: 30/08/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rafael Ricarte da Silva
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof. Dra. Gabriela Berthou de Almeida
Universidade Estadual do Piauí – UESPI



Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Dedico este trabalho àqueles que foram meus
alunos e àqueles que ainda serão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, porque por meio dEle são todas as coisas. Creio nEle como o cosmos, como a organização do Universo.

Fazer este Trabalho de Conclusão de Curso em um dos momentos mais atribulados de minha vida me deixou em dúvida entre construir ou não o presente elemento pré-textual, visto que não é considerado obrigatório. Mas considerei injusto me dar por esquecida daqueles que me deram suporte para alcançar o maior sonho de minha vida. A metalinguagem, aqui, se faz também porque a própria gratidão me sustentou durante esses cinco anos de graduação. Somado a isso, sinto a necessidade de deixar registrado neste trabalho final que meu grande sonho sempre foi me formar professora. Orgulho-me em dizer que nasci para isso e que escolhi a História.

Sou grata à minha família, para quem posso voltar em qualquer circunstância. Sobretudo, à minha mãe, Rosa, e meu pai, Altair; meus irmãos, Diego e Danilo; meus sobrinhos, Dário e seu(ua) irmãozinho(zinha) que está por vir; e minha cunhada, Gisely. Também meus avós maternos, Romão e Titi (*in memorian*); meus avós paternos, Inocêncio (*in memorian*) e Maria (*in memorian*); meus tios(as); primos(as); madrinhas; padrinhos; etc.

Àqueles que adoçam meus dias, nas pessoas de Tuany, Natany, Vinícius, Elâine, Luan, Tainá, Tayla, Nicolas, Larissa Rodrigues, Beatriz, Denise, Diomara, Simone, Tássia, Diego Miguel, Adriana, Renan, Andressa, Vanessa, Marcos França, Leonardo Lima, Olga Carla, Reijane, Rossandra, Epitácio, Isadora, Jéssica, Guilherme França, Olga Batista, Marcos Aurélio, Taís, Tito, Vanderlei Júnior, Wendel, Yesca, José Camilo, Antenor (*in memorian*), Antônio Pedro (*in memorian*), Seu Francisco, Acácio, Caíque e Cleiton.

Às boas amizades que construí em Patos, Paraíba, quando tentei ser cirurgiã-dentista: Camila Lobo, Camila Monteiro, Camila Oliveira, Felipe, José, Larissa Medeiros e Mateus. E àquelas que formei já no curso de História: Graziela, Loysla Lara, Mariana Victória, Jéssica Ingrid, Max, Ana Victória, Mateus Rodrigues. Sobretudo, a Aída Fernanda Silva Melo e Lucas Clementino Feitosa Pinheiro, sem os quais minha caminhada teria sido muito mais árdua. Vocês me sustentaram diversas vezes. Viram meus sorrisos, minhas lágrimas, boas qualidades e defeitos, e mesmo assim continuaram ao meu lado.

Aos meus professores, do Ensino Fundamental à graduação. Em especial, a Laís Mara, Patrícia, Francisco José, Janaína, Cleidinar, Vanuza, Vanderlei, Gleison, José Lins, Rafael, José Maria, Waldílio, Olívia, Raimundo e Mairton. Este, meu amigo e companheiro de pesquisas. Em 2019, me apresentou possibilidades na História Ambiental e nos dedicamos ao

Projeto de Iniciação Científica Voluntária intitulado “Ciência, natureza e circulação de saberes no Estado do Maranhão e Piauí, século XVIII”. Assim, incluo nesses agradecimentos a Universidade Federal Do Piauí – UFPI; a Pró-Reitoria De Pesquisa E Inovação - PROPESQI; a Coordenadoria De Pesquisa E Inovação – CPESI; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC; o Programa de Iniciação Científica Voluntária – ICV/UFPI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Aos que me auxiliaram na elaboração desta monografia: a professora Gabriela Berthou de Almeida (UESPI), que foi bastante certa nas contribuições que me deu durante a apresentação de meu Trabalho de Conclusão de Curso I e me ajudou a trilhar com mais clareza o caminho que eu pretendia. Ademais, o professor Rafael Ricarte da Silva (UFPI), por sua ajuda, paciência e disponibilidade de sempre. Estes, ao lado do professor Mairton Celestino da Silva (UFPI), compuseram minha banca examinadora.

À minha coragem de seguir meu caminho.

Lucien Febvre costumava dizer: “a história é o homem”. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.

Fernand Braudel

RESUMO

Colonos que circulavam pelo interior da capitania Piauí tinham em suas viagens o cuidado de averiguar as potencialidades minerais e vegetais que cada lugar podia oferecer. A *Cinchona officinalis*, conhecida nas terras sob administração portuguesa por “quina-quina” – assim como o cacau, cânhamo, salitre, anil e a urumbeba – fazia parte do repertório de análise desses primeiros colonos. Diante dessa busca pela compreensão do funcionamento da natureza, autoridades coloniais (re)interpretavam o mundo à sua volta, conectando regiões distantes, como o Piauí, México Colonial e as Índias, a partir de suas experiências comerciais com essas ervas. Sabendo bem explorar os produtos do reino vegetal, esses agentes coloniais buscavam vultosos recursos no mercado global de especiarias. Assim, nesse recorte, o presente trabalho pretende analisar a produção científica dessas autoridades coloniais a respeito da natureza, paisagem e, sobretudo, dos usos da quina-quina e entender as experiências de contato culturais entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, indígenas e autoridades coloniais locais e sua lida com as práticas de cura em sua região.

Palavras-chave: Brasil colônia; História natural; Piauí colonial; Quina-quina.

ABSTRACT

Settlers who circulated through the interior of the captaincy of Piauí were careful in their travels to find out the mineral and plant potential that each place could offer. *Cinchona officinalis*, known in the lands under Portuguese administration as “quina-quina” – as well as cocoa, hemp, saltpeter, indigo and urumbeba – was part of the analysis repertoire of these first settlers. Faced with this quest to understand how nature works, colonial authorities (re)interpreted the world around them, connecting distant regions, such as Piauí, Colonial Mexico and the Indies, based on their commercial experiences with these herbs. Knowing how to exploit products from the plant kingdom, these colonial agents sought huge resources in the global spice market. Thus, in this context, the present work intends to analyze the scientific production of these colonial authorities regarding nature, landscape and, above all, the uses of quina-quina and to understand the experiences of cultural contact between naturalist-travellers, mestizos, enslaved, indigenous and local colonial authorities and their dealings with healing practices in their region.

Keywords: Colonial Brazil; Natural history; Colonial Piauí; Quina-quina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - <i>Cinchona Officinalis</i> , por Aylmer Bourke Lambert.....	26
Ilustração 2 - Quinografia portuguesa.....	30
Ilustração 3 - Observações sobre as propriedades da quina do Brasil.....	33

TABELAS

Tabela 1 - Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas) - 1756-1800.....	28
Tabela 2 - Tipos de quina, pelo Frei José Mariano Veloso.....	31

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775.....	27
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APN - Arquivo Público Nacional

BND - Biblioteca Nacional Digital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 SUJEITOS, CIÊNCIA E NATUREZA.....	18
2 A QUINA-QUINA NA CAPITANIA DO PIAUÍ.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	37

INTRODUÇÃO

Os primeiros contatos entre portugueses e outros grupos humanos durante o processo de expansão ultramarina sempre foram objeto de inúmeras pesquisas no âmbito da História. No entanto, nas últimas décadas, com a ampliação do conceito de fonte histórica e das possibilidades de investigação propostas pelas correntes historiográficas que marcaram o passar do século XX, novos vieses têm sido explorados e feito parte dos espaços de discussão acadêmica. Tendo em vista que os contrastes evidenciados com a aproximação desses povos, além de étnicos, eram paisagísticos ou se ligavam diretamente a elementos da flora, da fauna, da geografia, um grande número dos trabalhos produzidos procura compreender a relação do homem com estes últimos. Naturalmente, torna-se possível vislumbrar levantamentos e comparações entre regiões distintas, alguns a nível local, outros em grau intercontinental, por contemplarem América, África e Índias. Assim, o Atlântico aparece frequentemente como protagonista nesses debates.

Muitos viajantes que circulavam pela unidade do Estado do Grão-Pará e Maranhão tinham em suas incursões o cuidado de averiguar as potencialidades naturais que cada lugar podia oferecer. A urumbeba, o cacau, os cânhamos, o salitre, o anil e a quina-quina (Cinchona), por exemplo, fariam parte do repertório de análise dos exploradores. Diante dessa compreensão de funcionamento da natureza, autoridades coloniais (re)interpretavam o mundo à sua volta, conectando regiões distantes, como a capitania do Piauí, México Colonial e Índias, a partir de suas experiências comerciais com as ervas. Sabendo bem explorar os produtos do Reino vegetal, tais agentes buscavam recursos no mercado global de especiarias. Assim, nesse recorte temporal, pretendo, a partir do mapeamento daquilo que foi escrito e pesquisado sobre a quina-quina, pensar esse potente produto natural de uso em pacientes acometidos pela malária e outras enfermidades, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Este estudo intenciona investigar a produção científica de autoridades coloniais a respeito da natureza e da paisagem e algumas discussões sobre meio ambiente e exploração, levando em consideração experiências de contato cultural entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, indígenas e autoridades coloniais locais e sua lida com as práticas de cura locais. Também relaciona as circunstâncias históricas que incentivaram a exploração pelo Império Português de espécies da fauna e da flora, sobretudo da Cinchona, a partir da segunda metade do século XVIII, suas principais características, usos e modos de aproveitamento. O recorte espacial desta pesquisa é o Estado do Grão-Pará e Maranhão, mormente as terras ligadas à capitania do Piauí.

Sabe-se da importância do Estado do Grão-Pará e Maranhão no seio do sistema colonial que perdurou no Brasil aproximadamente de 1500 a 1822. Enquanto uma região *geograficamente* periférica, impulsionou esforços da Coroa para seu povoamento, dada sua posição de raia frente a ataques estrangeiros às terras lusitanas. Por outro lado, pode ser pensado a partir de sua participação na produção e no comércio de drogas e outros bens, tendo em vista que sua flora nativa há muito era explorada pelo homem. Encontram-se relacionados a esse território estados pertencentes ao Norte e ao Nordeste do Brasil hodierno. Desse modo, a Amazônia entra nesse debate historiográfico como um objeto de curiosidade e inspira uma gama de interpretações (CHAMBOULEYRON, 2010).

Mesmo atingindo a costa brasileira ainda no início do século XVI, é no século XVII que os portugueses dedicam sua atenção para a colonização efetiva da porção mais setentrional do território. A priori, o rei Filipe IV (III de Portugal) determinou em 1621 a divisão das colônias do Brasil em duas unidades de administração, a saber: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O primeiro compreendia as capitanias reais de Maranhão, Ceará e Grão-Pará. Apenas depois, em 1751, as capitanias do Maranhão e Grão-Pará foram reunidas administrativamente. Uma decisão assinada pelo Marquês de Pombal, cuja intenção foi facilitar o governo e a arrecadação de impostos onde chegasse o domínio Real. Entre 1772 e 1774, aconteceu o desmembramento da unidade em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí.

O que mais nos chamou atenção aqui foi que a ascensão do Pará aconteceu justamente pelo seu potencial na produção de drogas e outras especiarias rentáveis. Nas primeiras duas décadas, decide-se pela fundação de Belém, que passou a representar um centro econômico e administrativo dentro dos limites do Estado. Nesse ínterim, São Luís emergiu no Maranhão com função afim, em 1612. Ao abordarmos a economia, nos referimos, sobretudo, à exploração das ditas “drogas do sertão”, à cana-de açúcar, ao cacau e outros itens que se destacaram em meio aos recursos naturais alcançados pelo extrativismo. Naturalmente, o conflito de interesses entre os recém-chegados e as populações preexistentes geraram uma série de disputas pelos saberes e pelos lucros da terra. Além do papel das drogas do sertão no âmbito econômico de tal porção da colônia, a exploração da borracha e da pesca foi importante para o fortalecimento do Grão-Pará e Maranhão. Sua posição de fronteira não lhe trouxe apenas os pesares de se combater as invasões estrangeiras, mas lhe conferiu ademais uma das características essenciais de uma rota comercial aproveitável. As correntes marítimas estavam a seu favor, as movimentações típicas das águas do Atlântico permitiam que o tempo de transporte dos produtos que eram exportados fosse reduzido.

Para este estudo, dividi minha escrita em dois capítulos. A construção do primeiro destes teve por alicerce a revisão de literatura de textos relacionados à História Ambiental, História da Ciência, História Econômica, História da Botânica Colonial, História da Medicina, História do Brasil Colonial e História do Império Português. Incluí no debate a produção historiográfica existente sobre os viajantes e a filosofia natural que marcaram o Brasil Colônia, sob a luz de autores como Andrea Wulf, Danielle Sanches, Lorelai Kury, Gabriela Berthou de Almeida, Mairton Celestino da Silva, Ailton Krenak, Rafael Chambouleyron e outros.

Este capítulo diz sobre os agentes envolvidos no processo de conhecimento e exploração do espaço abordado. Entre eles, autoridades representantes da coroa, viajantes, líderes locais e subalternos. Nele, irei além do que ficou registrado nas fontes, pois tomarei nota outrossim das ausências e das negligências com indivíduos locais cujos conhecimentos foram indispensáveis para o avanço do saber tão estimado por nós até agora.

No segundo capítulo, serão averiguadas fontes bibliográficas primárias, cartas e outros documentos para apresentar meu objeto. Pretendo, por meio da paleografia, transcrevê-las e reuni-las em um acervo. Levantei para análise doze manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – componentes do catálogo piauiense – e dois documentos bibliográficos coloniais ligados ao reino vegetal, em especial à Cinchona. Selecionei ofícios e cartas digitalizados pelo Projeto Resgate, usando como norte qualquer menção aos termos “quina-quina”; “quina”, “Cinchona”, “vegetal(ais)”, “botânico(a)” ou “planta”. Desses doze arquivos, dois fazem referência ao processo de conhecimento e exploração dos exemplares vegetais das terras brasileiras de forma geral e dez versam especificamente sobre a árvore da quina. Também transformei em fonte dois cadernos do Arquivo Público de Teresina, espaço que visitarei em breve, e, no Arquivo Público do Estado do Maranhão, pude destacar um livro de registro de ordens. Os livros selecionados como fonte foram: “Quinografia Portuguesa”, por Frei José Mariano Veloso; “Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil”, por André Comparetti. Essas obras datam, respectivamente, dos anos de 1799 e 1801. A escrita do frei tipifica a quina em vinte e duas espécies e as descreve, enquanto o material de Comparetti apresenta experimentos e impressões sobre as capacidades da planta. Além desses, temos o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius, que cataloga e classifica todas as plantas brasileiras até então conhecidas.

Desse modo, pudemos observar que em um contexto de disputas comerciais contra espanhóis, franceses e holandeses, as chamadas “drogas do sertão” poderiam conferir uma

vantagem substancial à coroa de Portugal. Nesse ínterim, não só as plantas, animais, minerais e rios foram averiguados, mas também os nativos indígenas. Suas práticas de cura e outros saberes relacionados ao uso da natureza a favor da espécie humana compuseram um dos eixos mais importantes desse processo de conhecimento.

1. SUJEITOS, CIÊNCIA E NATUREZA

Mais uma vez, a tradicional dicotomia “colonizador versus colonizado” pode ser questionada, dada a complexidade das trocas de informação e espécies naturais sob domínio real no território do atual Brasil; intercâmbios potencializados pelos viajantes que circularam os territórios coloniais em busca de saberes e novas fontes de riqueza. Trata-se, aqui, de uma expansão dinâmica, desenvolvida a partir de vários pontos, em múltiplos sentidos. Uma das regiões de interesse evidente da coroa portuguesa foi o Estado do Grão-Pará e Maranhão, unidade administrativa surgida em 1751, que abarcava as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Rio Negro. Ao ser criada, tomava o lugar do antigo Estado do Maranhão. Este, separado do Brasil, visava assegurar a proteção das terras conquistadas ao norte pelo rei Felipe III, no início do século XVII.

Desde a época que assumira sua primeira denominação, era descrita pelos colonos como um ambiente de fertilidade e abundância, com potencial exploratório capaz de movimentar as relações econômicas do império. As experiências relatadas sobre esse espaço convergiam para narrativas, muitas vezes, extravagantes e fantasiosas. Em grande parte dos escritos analisados, notam-se tons de persuasão, com o intuito de convencer o rei sobre a veracidade das observações feitas. O padre João Daniel, em meados do século XVIII, registra suas impressões sobre o meio ambiente colonial se referindo aos recursos como “tesouros”:

abunda tanto em gêneros e especiarias não só estimáveis, mas em todo o mundo preciosos, que bastariam ao canonizar pelo mais rico rio, dos que aponta por grandes a geografia, e ricos as histórias; já houve quem, além dos menos principais, lhe contou trinta e tantos gêneros preciosos, e comerciáveis a todo o mundo, como são âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaos, café e muitos outros; e como estas são as principais riquezas do seu grande tesouro, não só por estáveis, mas comuns a todos os seus habitantes, delas daremos agora alguma notícia neste Tratado para que os leitores vejam que são realidades da verdade, e não hipérbolos de historiador.

A narrativa do clérigo é permeada pelo encanto com a fartura que encontra ao visitar a colônia. Nesse recorte, ele compara a riqueza natural da região com os mais ricos rios de que se tinha conhecimento. É uma animação que desemboca em um mar de relatos semelhantes, de colonizadores que percebiam as terras brasileiras como uma fonte inesgotável de recursos. Ao enumerar diferentes gêneros considerados valiosos e comercializáveis, tais como âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaos e café, atraía a atenção das autoridades.

A perspectiva utilizada pelo Padre João Daniel compactuava com a dos demais colonizadores, na medida em que esses bens eram postos como uma fonte imensurável de prosperidade. Era uma visão problemática porque comumente repercutia em uma exploração

inconsequente, impactando o meio ambiente e a vida dos povos originários que o habitavam. Quando aborda esses recursos como "estáveis" e "comuns a todos os habitantes", deixa transparecer que o direito de aproveitá-los era de qualquer indivíduo que se interessasse. No entanto, nem todos o fizeram, o que acabou levando a sociedade colonial a um lugar de imensa desigualdade econômica.

É sob essas circunstâncias que a troca de correspondências informativas entre a região fronteiriça das terras brasis e a metrópole se torna uma constante. Proliferam-se tentativas de representação visuais e manuscritos detalhados acerca da natureza. Logo, as investidas em catalogação e mapeamento das áreas de interesse passam a contar com o financiamento régio. O material resultante dessas empreitadas que marcaram o século XVIII e início do século XIX foi fundamental para o incentivar Expedições Científicas em solo que, hoje, pertence ao Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

Desde o século XVI, nota-se principalmente na Europa o aquecimento de discussões filosóficas e uma guinada cientificista no ideário intelectual. A matemática, a astronomia, a física, as ciências naturais e outras ganham cada vez mais espaço nas academias, e os intelectuais envolvidos passam a receber financiamentos maiores para darem seguimento às suas curiosidades investigativas. Nos séculos finais do período colonial, o desenvolvimento da ciência se manifestou através da produção de um farto material a respeito da natureza e das paisagens do novo mundo. Cada descoberta que acontecia sobre os próprios territórios tomados e seus potenciais fomentaram o interesse dos europeus em conhecê-los. A compreensão era buscada através de estudos botânicos, zoológicos e do mapeamento das áreas sob o domínio luso. O objetivo era explorar da melhor forma os recursos naturais daquele espaço geográfico.

Estudiosos como o sueco Carl von Linné (1707-1778), realizaram trabalhos no âmbito da botânica que permitiram a classificação sistemática das plantas, abriram portas para a realização de expedições em nome da ciência e lançaram base para formas de organização que usamos até hoje. Através de seus achados, Linné colaborou direta e indiretamente com o conhecimento de vegetais no Brasil e nas demais colônias européias, especialmente por seu papel no desenvolvimento da taxonomia moderna. A taxonomia permite concepções mais detalhadas a respeito das espécies, como a associação de propriedades específicas a determinados tipos vegetais. Características febrífugas, anti-inflamatórias, por um lado, toxicidade e letalidade, por outro, podem ser separadas por variações de um mesmo gênero. A *Cinnamomum cassia*, por exemplo, vulgar canela-aromática, é rica em cumarina, um

composto que levanta suspeita dos cientistas, pois, em grandes doses, pode ser prejudicial à saúde. Entretanto, por ser mais barata, é a mais encontrada.

Já o papel de naturalistas, como o alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), foi crucial para a coleta de informações acerca da flora, do clima e outros elementos naturais. Sua caminhada pelo Brasil perpetuou ainda visões idílicas vinculadas a nossas espécies:

Poucas semanas depois, no final de fevereiro, quando o Beagle aportou na Bahia (na atual cidade de Salvador), no Brasil, o espanto de Darwin continuou. Tudo era tão onírico que parecia uma cena mágica de *As mil e uma noites*, ele explicou. Repetidas vezes Darwin escreveu que somente Humboldt chegou perto de descrever os trópicos. ‘Quanto mais eu o leio, mais meus sentimentos equivalem à admiração’, Darwin declarou numa carta para a família e, em outra, ‘Antes eu admirava Humboldt, agora eu quase o venero’. As descrições de Humboldt eram incomparáveis e sem igual, disse Darwin no dia em que viu o Brasil pela primeira vez, por causa da ‘rara união de poesia com ciência’ (WULF, 2016, p. 445).

Humboldt percorreu as Américas e colheu informações diversas. Em uma das obras mais completas sobre suas investigações, o livro “A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt”, de Andrea Wulf (2016), percebemos, ao longo de sua passagem pela América do Sul, atuação de indivíduos locais não só nos serviços de guiar esses intelectuais e alertá-los sobre os perigos que poderiam enfrentar, mas como fonte de informações sobre as particularidades de cada raiz, folha ou espécimes animais que viessem a encontrar.

A tese de Gabriela Berthou de Almeida (2020), intitulada “Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental Portuguesa (1780-1798)” atesta que

Ao atuarem como remeiros, pilotos, guias, línguas, carregadores e informantes, colocavam os seus saberes em uso e, conseqüentemente, em circulação. Desempenhavam, portanto, papéis importantes no processo de construção do conhecimento sobre o mundo natural e os territórios que habitavam (p.135).

A pesquisadora identifica ainda indígenas envolvidos na coleta, preparo e remessa de amostras de produtos naturais para a Europa. Cipriano de Souza e José da Silva, por exemplo, participam, no século XVIII, de uma expedição científica liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira, na Amazônia. Ambos foram reconhecidos pela competência nessas funções, José da Silva chega a contribuir no Museu Real de História Natural e Jardim Botânico de Lisboa. Essa

abordagem esclarece que esses indivíduos não eram meros objetos de estudo, mas também não exerciam apenas atividades práticas, com base no conhecimento comum.

Outro naturalista que nos chama atenção por ter oferecido contribuições na coleta de dados dentro dos limites do território brasileiro foi o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Após Dom João VI e sua corte instalarem-se no Brasil, o botânico bate uma porção extensa das terras deste lugar, recebendo mais atenção as províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso resultou na publicação de “*Voyages dans l’interieur du Brésil*”, publicada entre 1830 e 1851, em Paris. Todavia, a maior colaboração deste viajante acontece só após sua morte, pois são publicados relatos muito mais ricos, que totalizam aproximadamente três mil páginas (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL, 2023).

Fora os textos científicos, alguns outros gêneros estão disponíveis para uma interpretação histórica sobre a natureza. Os textos de Leonardo Castelo Branco, com os quais tivemos contato durante a pesquisa, são poemas e, neles, cada movimento da natureza está inteiramente associado ao agir de Deus. Existe uma separação entre homem e o restante da natureza, mas esta existe em função daquele. Ademais, ela aparece como uma obra pronta, acabada. Essas são suas características. Por outro lado, em escritas como as de Goethe (1993) conseguimos ver a natureza agindo por si. As metamorfoses, a diferenciação entre as espécies são uma representação da independência da natureza. O homem surge em par de igualdade (ou existe ao menos uma aproximação) com os demais seres vivos. Em Humboldt, há uma visão mais aproximada daquela de Goethe (levando em consideração que ambos são textos de caráter científico).

É válido pôrmos em nota que a racionalidade intrínseca aos debates que emergiram eram de caráter eurocêntrico e utilitário. Uma perspectiva pós-colonialista, permite que percebamos a ciência feita no Ocidente como uma narrativa hegemônica e imperialista. O pertencimento essencial da ciência moderna ao Ocidente para Kapil Raj (2013) é “alienante e desumanizante”. A preocupação que chegava a mover os cofres da monarquia visava encontrar recursos rentáveis, frente a um mercado que se tornava mais forte a cada dia: o das drogas medicinais. Para mais, podemos iniciar uma discussão sobre os impactos ambientais destas empreitadas. Boa parte dos remédios explorados eram extraídos da mata virgem e sua reposição à natureza não acontecia como uma regra. A depender da espécie e de seu modo de apresentação (folhas, cascas, raízes, pós, etc.) é que se decidia seu modo de remoção e comercialização (CHAMBOULEYRON, 2010).

O desmatamento encabeçado para a venda de madeira, mais atividades associadas à agricultura, tão considerada nas políticas de povoamento do Reino, foram responsáveis por

mudanças significativas nas paisagens que se tinha. Mas José Augusto Drummond defende que, ao menos nas matas litorâneas brasileiras, no período colonial, o desmatamento “se deveu mais à queima e à derrubada para a abertura de campos agrícolas e pecuários do que ao corte sistemático de árvores derivado de um grande empreendimento comercial madeireiro” (2001, p.237). Isso fez com que enormes áreas florestais sofressem danos, afetando diversos ecossistemas. Até nossos dias permanecem essas práticas e seus vestígios.

Há que se levar em conta, fora isso, o emprego da mão de obra escrava. Em consonância com o estudo supracitado de Rafael Chambouleyron (2010), uma grande quantidade de pessoas migrou, algumas vezes voluntariamente, outras não, de porções distintas do globo para o povoamento da Amazônia Colonial entre os anos de 1600 e 1700. Entre esses indivíduos, apareciam personagens livres e escravizados, que vinham do Estado do Brasil, de Açores, da ilha da Madeira, etc. Parte dessas pessoas viajou por conta própria, o restante recebeu apoio da própria coroa.

Tomando de volta os debates científicos em torno da fauna e da flora, cabe também uma reflexão filosófica que confronte as diferentes relações entre o homem e o meio ambiente. As noções interpretativas com as quais mais comumente nos deparamos, desaguardam nas ideias dicotômicas do homem como um ser interdependente com relação à natureza ou como um ser que distancia desta. Na primeira destas, tem espaço uma abordagem que entenda que a função da natureza seja servir a humanidade. O homem é natureza. Metaforicamente, se interliga à ela através de veias, artérias, nervos, vasos linfáticos... Outros, no entanto, como percebe Ailton Krenak, por meio do subjugo da natureza, se “descolam” do organismo que é a terra (2019, p. 11). De acordo com o líder indígena, em “Ideias para adiar o fim do mundo”, “Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina” (p.11). Com base nisso, pode-se pensar os conceitos de “antropocentrismo” e de “biocentrismo”. A visão antropocêntrica fundamenta o usufruto indiscriminado de uma fonte de matérias-primas que supostamente existe para este fim. É uma perspectiva encontrada em obras do Humanismo e em muitos outros escritos que tratam do planeta Terra. A percepção biocêntrica reconhece o ser humano, não como centro do universo, mas como mais uma forma de vida que possui valor moral. Dado que, do grego, *bios* significa “vida”; e *kentron*, “centro”.

Conforme Pádua (2010), a História Ambiental tem origem concomitante com reflexões políticas e sociais relacionadas ao meio ambiente, mas não pode ser confundida com ambientalismo. Em 1970, as consequências da exploração humana com as quais tivemos que

lidar nos levou a pensar em uma ética própria nesse sentido. Tratou-se de discutir princípios e valores a serem colocados em prática em detrimento de ações desrespeitosas e insustentáveis para as gerações futuras. Falou-se a respeito de uma ética que pensava o equilíbrio entre as nossas necessidades e a capacidade de regeneração dos biomas. Uma compreensão que prezava pela manutenção de nossa espécie, de todos os demais seres vivos e dos componentes que encontramos para sobreviver na natureza - ar, água, terra, florestas, rochas. Chegamos, então, ao que se refere o termo “sustentabilidade”, tão comum nos nossos encontros científicos dos últimos anos.

Outro conceito que surge em meio a esses é o de “ecologia profunda”. Essa concepção vai além do que alcança o termo sustentabilidade. Segundo ela, o cuidado com a natureza não deve se dar meramente para garantir que os recursos nela contidos sejam capazes de servir as gerações futuras, como tem servido os grupos de até então. Este pensamento ainda seria afim do viés antropocêntrico. Crê-se, assim, que a natureza possui um valor intrínseco e por isso deve ser preservada. Para Fritjof Capra (1997, p.17),

A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo, não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Todos os seres vivos, assim, estão interconectados. O que se extrai dessa noção é que não existe uma razão utilitária para tal, mas espiritual, que vê o ser humano enquanto parte do cosmos. Por isso, complementa:

Toda a questão dos valores é fundamental para a ecologia profunda; é, de fato, sua característica definidora central. Enquanto que o velho paradigma está baseado em valores antropocêntricos (centralizados no ser humano), a ecologia profunda está alicerçada em valores ecocêntricos (centralizados na Terra). É uma visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. Todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependências. Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo (p.19).

Em síntese, em “A teia da vida”, de onde partem esses excertos, Capra nos leva a perceber, ao lado dos autores citados antes dele neste trabalho, que as produções científicas

que documentam a exploração ocorrida no território do Brasil durante o Período Colonial servem também como baldrame para reflexões filosóficas detalhadas sobre o homem e o meio ambiente. Isso nos interessa na medida em que contribui com nossos esforços de explicar como se deram as relações intersubjetivas e entre estes sujeitos e seu habitat ao longo do tempo em que a quina-quina se destacou como objeto de interesse historicamente comprovado nos documentos do Arquivo Público Nacional.

Enfim, tudo isso constitui objeto de interesse do que se construiu e se denominou de “História da Ciência”. É de sua alçada a evolução do pensamento científico humano ligado a fatos, observação, premissas, conceitos, descobertas, mas não se restringe a isso. Nas décadas mais recentes, fatores menos objetivos têm sido considerados nas construções científicas e aspectos sociais, culturais e políticos se incluem nas discussões sem que se perca o caráter de cientificidade dos trabalhos. A própria História ainda ocupa uma posição de fronteira entre ciência e não-ciência. O conhecimento dos sujeitos que queremos com esta pesquisa pede que nos alinhemos à perspectiva que considera suas subjetividades, que os reconheçamos e valorizemos no agenciamento da produção de conhecimento científico.

2. A QUINA-QUINA NA CAPITANIA DO PIAUÍ

Cinchona é um gênero de origem sul-americana pertencente à família Rubiaceae, do qual fazem parte cerca de quarenta espécies. Entre elas, está a *Cinchona officinalis*, contentora de quantidades significativas de “quinina”, composto este com propriedades antimaláricas, antipiréticas, abortivas, digestivas, desintoxicantes e outras. A planta atinge em média três metros. No decorrer deste capítulo, revisaremos sua história, levando em consideração suas capacidades medicinais. Também abordaremos as relações humanas que se construíram para que sua exploração se efetivasse. A busca por esse vegetal no interior do Piauí compõe o ciclo de investidas científicas que caracterizou a passagem dos séculos XVIII e XIX. Entre as motivações dos esforços estavam à procura de remédios para doenças que assolavam as populações da época. Mas não só isso. As propriedades da *Cinchona* serviram como um trunfo para a ocupação dos territórios adjacentes à linha do equador, dados os empecilhos impostos por doenças tropicais como a malária.

A maioria das fontes indicam que a quina-quina é originária da região da Loja peruana (que hoje pertence ao Equador). Segundo alguns autores, teria sido percebida pela primeira vez por parte dos europeus no século XVIII e ganhado notoriedade por curar personagens da nobreza, como a mulher do Vice-Rei do Peru, acometida por febre amarela. Outros documentos dão conta de que a descoberta das propriedades da *Cinchona* ganharam vez com a melhora do estado de saúde da condessa de Chinchón, por isso seu nome. A nobre, nascida em 6 de março de 1779, era filha de Luís, Conde de Chinchón, e Maria Teresa de Vallabriga, em em Velada, Toledo. Outra denominação que recebeu foi "o remédio dos jesuítas" pelo papel desses indivíduos em sua disseminação (BOLZANI; BOLZANI, 2016).

Mas as referências europeias mais remotas que se tem sobre seu uso medicinal datam de 1633. Em “*Cronica moralizada del orden de San Agustín en el Perú*”, o frei jesuíta Antonio de la Calancha (1584-1654) aponta: “Uma árvore cresce, que eles chamam de árvore da febre, na região de Loja, cuja casca tem cor de canela. Quando transformada em pó, juntando-se uma quantidade equivalente ao peso de duas moedas de prata, e oferecida ao paciente como bebida, ela cura febre (...).” Ainda sem muitos esclarecimentos sobre suas demais características, a casca peruviana (mais uma designação usada pelos europeus) adentrou o continente e se difundiu com ajuda dos jesuítas, que a colocaram na mesa de análise de alguns dos estudiosos do período.

Em 1706, Anthony van Leeuwenhoek apresenta uma visão morfológica do vegetal com base na microscopia ótica. As descrições continuam a ganhar detalhes com o decorrer do

tempo e as classificações de caráter científico tornam-se mais precisas. Ainda no século XVIII, a planta aparece em tratados de referência no âmbito da medicina e da biologia, sendo mencionada em pesquisas importantes da Missão Geodésica Francesa, em 1736, e em estudos botânicos de Celestino Mutis, em 1780.

Ilustração 1 - *Cinchona Officinalis*, por Aylmer Bourke Lambert.



Fonte: *A description of the genus Cinchona* (1797)¹.

O Piauí, como outras partes sob domínio dos europeus, vem à tona como um sítio de exploração de quina por suas condições climáticas e territoriais serem análogas às do Peru. Por estarem posicionados em paralelos comuns, suas semelhanças climáticas poderiam repercutir em formas de vida parecidas. Somado a isso, era um lugar privilegiado para a aclimação da espécie. Assim, o cultivo em colônias africanas localizadas na mesma altura do planeta surge como mais uma possibilidade econômica em torno da *Cinchona*.

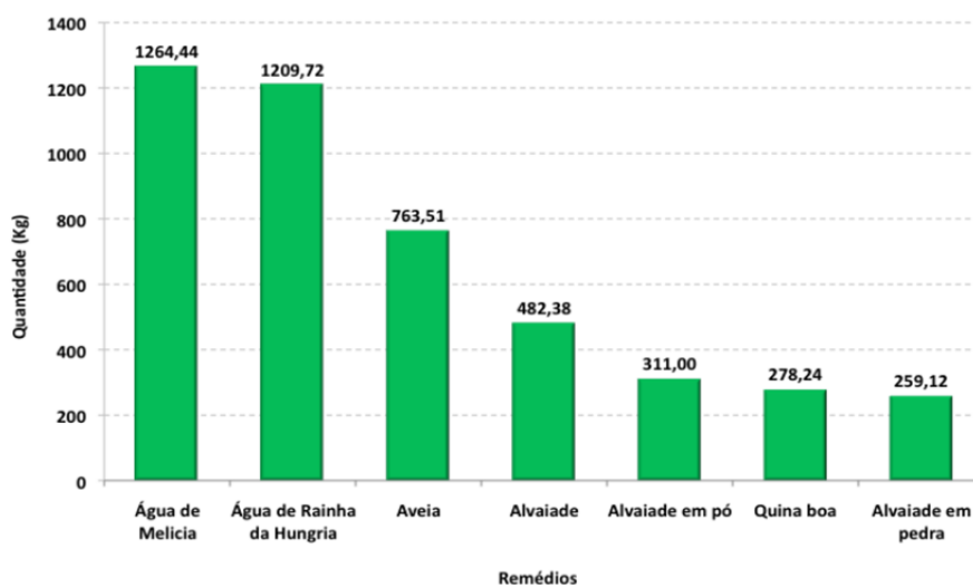
Não são unicamente as fragosas serras de Loxa, menos a curta extensão de quatro graus ao Sul, o território privativo das Quineiras, ou Cinchoeiras, ou das Ganaperides, antigo nome Peruviano, como erradamente até agora se presumia. Elas reconhecem por um país próprio, e análogo à sua vegetação espontânea, os altos de todo aquele, em que o Sol assoalha os seus raios a

¹ LAMBERT, 1797 apud PEREIRA, Márcio Mota. Em tempos de covid-19, de volta à Cinchona officinalis? Revisitando a busca pela casca da árvore da quina. In: COLOMBY, Renato Koch; SALVAGNI, Julice; CHERON, Cibele (Org.). A covid-19 em múltiplas perspectivas: Saúde, Psicologia e Direitos Humanos: subtítulo do livro. 1. ed. Goiânia-GO: Editora Espaço Acadêmico, data. Vol. 1, cap. 3, 2020, p. 43.

prumo, a que os físicos chamam de entre trópicos. A Natureza, Mãe liberal, deu diferentes dotes vegetais a diferentes Climas, e dentro destes mesmos a diferentes posições físicas do terreno, mas se os paralelos forem os mesmos, e as posições se conformarem, be suprema Lei da Natureza a identidade das produções. Se houver alguma variação, ou aberração destas duas condições, variará sim a espécie, mas não negará algum indivíduo ao gênero. Isto suposto².

Mesmo que a quina do Piauí tenha assumido um papel secundário na economia da colônia, quando confrontado com outras fontes de riqueza, a presença dessas árvores especiais representavam uma oportunidade importante. Tal verdade se torna ainda mais evidente com a crise do setor açucareiro no Nordeste brasileiro, que acontece ainda no século XVII e se intensifica ao longo do século XVIII. Economicamente, o Piauí era instável, sobretudo, por seu isolamento, o que favoreceu a permanência de um sistema de desigualdade com relação a outras capitânicas. A falta de comunicação interna e externa funcionou como um empecilho para o desenvolvimento do lugar (COSTA FILHO, 2006).

Gráfico 1 - Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775.



Fonte: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-130³.

Assim, a *Cinchona* ultrapassa os limites da América e alguns dos caminhos que se abrem têm origem nos portos da metrópole. Cerca de 813.739,13 libras (o que equivale a

² VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. **Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil**. Lisboa: Na Officina de João Procópio da Silva, 1799. pp. 9-10.

³ ANTT apud ALMEIDA, Danielle Sanches de. O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Socialel. Centro Alexandre Koyré, 2017. p. 106, Livros 26-130.

aproximadamente 369.106 kg) de quina chegam a Lisboa e são reencaminhadas a embarcadores de outras unidades administrativas da Europa e de outros continentes. Apesar dos privilégios do acesso às Companhias Gerais de Comércio na distribuição do medicamento em questão pelo reino, como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, bastantes boticários e jesuítas se mostraram influentes e cruciais para essa circulação. A quantidade de quina que adentram os portos de Lisboa denotam a força dessas atividades mercantis.

Tabela 1: Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas) - 1756-1800.

Droga	Quantidade total movimentada (em libras)
Sene	3.454.935,67
Galhas	2.841.033,84
Flor de violas	2.623.157,27
Ipecacuanha	2.368.406,96
Pexuri	2.100.428,38
Maná	1.139.826,20
Quina	813.739,13
...	...

Fonte: ANTT, Casa da Índia, Mesa de Drogas, Alfândega de Lisboa, 1756-1800⁴.

Os resultados da investigação até então endossam o que foi revisado na literatura. As correspondências entre as autoridades coloniais indicam o interesse da coroa na exploração da flora na região do Piauí, aos governadores são solicitadas informações e amostras que sustentem investidas para o aproveitamento das reservas de quina. O senhor João Pereira Caldas corresponde ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a remessa de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, encontradas na vila de São João da Parnaíba:

Não ocasião da segunda jornada, que no ano passado fiz nesta capitania; para concluir a diligência a fundação das vilas, que sua majestade me mandou se

⁴ ANTT apud ALMEIDA, Danielle Sanches de. O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Centro Alexandre Koyré, 2017. p. 50-54.

estabelecer nela se me apresentaram na Freguesia da vila de São João da Parnaíba, de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, por duas vias remeto a vossa excelência, para que parecendo a vossa excelência justo mandar examinar a qualidade desses efeitos, se possa vir no conhecimento de sua boa ou má qualidade em ordem de saber se se poderá ou não fazer conta. Dizem-me que a pedra hume há em quantidade naquela freguesia; e que da Quina há também nela bastante. A capa-rosa porém há menos, porque só nasce em alagadiços, rompendo a terra em forma de Canudos; mas segura-me que é tão boa, ou melhor do que [...] e se usa⁵.

Abaixo, um excerto da carta enviada pelo governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando a descoberta de quina nos sertões da capitania. Trata-se também do direcionamento de amostras da casca ao rei português.

Não tendo eu perdido uma só ocasião de mostrar a Vossa Excelência os grandes desejos, que sempre me acompanharam de fazer o meu governo útil, e tendo o meio justo de o conseguir, empregar todas as diligências possíveis em descobrir algumas utilidades novas nesta Colônia; tenho a satisfação de ver estas minhas diligências bem sucedidas, pois que contando-me, que nos sertões da capitania do Piauí prodigiosa natureza a mesma casca que a Europa conhece pelo nome de “casca peruviana”, mandei àquele sítio, distante desta capital cento e cinquenta léguas, buscar uma amostra da sobredita casaca, que tenho a honra de pôr na presença de Vossa Excelência [...]⁶.

Em documentos do final do século XVIII, as evidências apontam para um comércio já estabelecido. Em requerimento, o negociante lisboeta José António Pereira Vilela solicita em 1792 a entrega de quantidade de quina acordada com o então governador do Piauí. Em outro momento, já em 1795, uma remessa de quina branca, preta e quina-quina (classificação que ainda não havia sido encontrada na literatura estudada) é cobrada ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, por Manuel Pinheiro Osório, que teria sido um sargento-mor responsável pelas terras próximas às fazendas Kagados [sic], Calubra, Castelo e Alegrete, também pertencentes à capitania do Piauí. Ademais, pode-se notar pedidos de regulamentação da exploração das matas à procura da árvore, assim como novas demandas por descrições e envio de amostras para análise e junção ao jardim botânico.

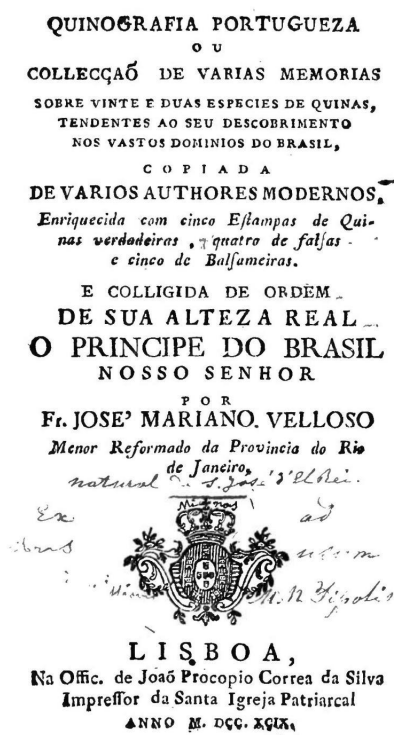
⁵ Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.”, datado de 15 de fevereiro de 1763. AHU, Piauí, cx. 9, doc. 519 (Avulsos).

⁶ Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.”, datado de 30 de junho de 1787. AHU, Piauí, cx. 17, doc. 850 (Avulsos). p.2.

A demanda pela casca rubra efetiva um comércio lucrativo entre os boticários da colônia, da metrópole e de muitos outros lugares, a exemplo da Inglaterra, que se destaca pela alta procura da droga. Na literatura revista, percebe-se a diferenciação da espécie em “quina oficial”, “quina delgada”, “quina lisa”, “quina morada”, “quina amarela”, “quina pálida” e “quina parda”. Seus valores e espaços de extração eram variados. Grande parte dos processos de compra e venda registrados, pertencentes aos arquivos do Piauí no AHU, apresentavam uma classificação menos específica, sendo separadas em “quina boa” e “quina ruim”.

O Frei José Mariano Veloso inicia sua “Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil” com a problematização do termo “peruviano” em associação à planta.

Ilustração 2 - Quinografia portuguesa.



Fonte: VELOSO, Frei José Mariano. Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil, 1799. ⁷

José Mariano Veloso nasceu em Portugal, no século XIX e, antes de escrever "Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil", esforçou-se para se tornar frade dominicano e botânico. Sua produção foi condizente com as tendências seguidas pelo

⁷ VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil. Lisboa: Na Officina de João Procópio da Silva, 1799.

Iluminismo e constituiu um marco importante para a botânica e para os estudos sobre a Cinchona, especificamente (KURY, 2015).

Tabela 2: Tipos de quina, pelo Frei José Mariano Veloso.

Tipos de quina	
Quina oficial (<i>Cinchona Officinalis</i>)	Produzida em todas as terras entre trópicos. Também chamada de “quina de Pernambuco”.
Quina delgada (<i>Cinchona tenuis</i>)	Criam-se nos picos das serras ou cerros de temperamento frio, e chuvoso. Também chamada “Quina dos altos de Pillau.
Quina lisa (<i>Cinchona glabra</i>)	Habitam as montanhas dos Panathauas, pelos bosques de Cachero, Ponaio, Pillao e Munho, em cerros altos, frios, e chuvosos. Conhecida pelos espanhóis como “Cascarilho bobo”, por não ter as cores interna e externa das outras.
Quina morada (<i>Cinchona purpurea</i>)	É abundantemente encontrada nas montanhas dos Panatahuas, bosques de Pati Cuchero, por cerros não muito altos, e nas chamadas Carpales. Às vezes é misturada às três anteriores para venda. “Cascarilhos bobos de hoja morada”
Quina amarela (<i>Cinchona lutescens</i>)	Encontrada no Reino de Santa Fé. Identificada como “Azahar”.
Quina pálida (<i>Cinchona palescens</i>)	Achada nos bosques reais de Puzu e Panau, sobre um terreno montanhoso, e penhascoso, em sítios pouco ventilados, e sombrios, e frondosas que vestem os cerros, e suas fraldas. Conhecida em Panau como “Cascarilhos com cortesa de cor de pata de Galeirão”.
Quina parda (<i>Cinchona fusca</i>)	Abundam nas montanhas do Puzuzu e Munan em fotos baixos ou quebradas fundas, quentes donde apenas se sente fresco em noites sobre um terreno pedregulhoso. Os indígenas a conhecem por “asmenich”. Nem os indígenas a reconhecem por “Quina”.

Fonte: VELOSO, Frei José Mariano. Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil, 1799.⁸

⁸ Ibid.

Para além de propor uma tipificação, o Frei José Mariano Veloso detalha características e propriedades de cada uma das espécies de quina. Sincronamente, apresenta no relato de sua investigação os lugares mais propícios à coleta da casca e as formas como são utilizadas pelas comunidades que vivem no entorno. Mas algumas inconsistências podem ser notadas, como a aleatoriedade das informações que se observa ao lado direito da tabela acima. Isso pode estar ligado ao estágio de normatização do conhecimento científico que se tinha até então.

Antes dessa classificação, entre 1798 e 1803, Vicente Jorge Dias Cabral realizou uma expedição científica que passou por 16 freguesias e 956 léguas pela capitania do Maranhão e do Piauí. Dessa feita, registrou o que confiava ser duas novas espécies de quina e as batizou de “quina das catingas” e “quina dos riachos”, mas os termos não se popularizaram. (GALVES, 2017). Mairton Celestino da Silva (2016) pensa de maneira peculiar a produção de Dias Cabral ao considerar que pode ter havido uma interlocução entre o estudioso e obras espanholas. O naturalista seria mais um a falar sobre as condições climáticas e as possibilidades agrícolas relacionadas a cada porção do globo. Celestino reforça as similitudes entre o clima e o solo de Piauí e México, fator esse que aproximaria também estratégias de exploração. Por isso, o consumo de material científico a respeito de um poderia servir para experiências com o outro.

Por fim, em “Observações sobre a propriedade da quina do Brasil”, Comparetti (1801) traz, antes de discorrer sobre suas capacidades medicinais, comentários sobre seus aspectos físicos. A obra se constrói com base em quatro exemplos de utilização e treze histórias de recuperação atribuídas ao consumo da Cinchona.

Ilustração 3 - Observações sobre as propriedades da quina do Brasil.



Fonte: COMPARETTI, André. Observações sobre a propriedade da quina do Brasil, 1801.⁹

Algumas das correspondências remetidas por autoridades da colônia afirmavam a boa qualidade das espécies. No entanto, havia casos em que os relatores apresentaram dúvida e solicitaram pessoas habilitadas para o exame.

Na ocasião da segunda jornada, que no ano passado fiz nesta capitania; para concluir a diligência a fundação das vilas, que sua majestade me mandou se estabelecer nela se me apresentaram na Freguesia da vila de São João da Parnaíba, de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, por duas vias remeto a vossa excelência, para que parecendo a vossa excelência justo mandar examinar a qualidade desses efeitos, se possa vir no conhecimento de sua boa ou má qualidade em ordem de saber se se poderá ou não fazer conta. Dizem-me que a pedra hume há em quantidade naquela freguesia; e que da Quina há também nela bastante. A capa-rosa porém há menos, porque

⁹ COMPARETTI, André. **Observações sobre a propriedade da quina do Brasil.** Lisboa: Na Typografia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. (Trad. de SILVA, José Ferreira).

só nasce em alagadiços, rompendo a terra em forma de Canudos; mas segura-me que é tão boa, ou melhor do que [...] e se usa.¹⁰

O governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, em 1787, informa Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí. Somado a isso, escreve que sua “casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa”. Ele não só comunica o achado como também encaminha amostras da planta. O curioso neste documento é que o locutor aponta que a casca do piauí possui mais atividades mesmo do que a peruviana:

Não tendo eu perdido uma só ocasião de mostrar a Vossa Excelência os grandes desejos, que sempre me acompanharam de fazer o meu governo útil, e tendo o meio justo de o conseguir, empregar todas as diligências possíveis em descobrir algumas utilidades novas nesta Colônia; tenho a satisfação de ver estas minhas diligências bem sucedidas, pois que contando-me, que nos sertões da capitania do Piauí prodigiosa natureza a mesma casca que a Europa conhece pelo nome de “casca peruviana”, mandei àquele sítio, distante desta capital cento e cinquenta léguas, buscar uma amostra da sobredita casca, que tenho a honra de pôr na presença de Vossa Excelência, que produziu o mesmo efeito, que a do peru e com melhor [...] por ter mais atividades [...]¹¹.

As linhas seguintes do documento revelam sua importância, uma vez que José Teles da Silva nesta ocasião nos traz dados sobre a abundância. Nesse excerto de carta, o governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, comunica ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de uma casca semelhante à "casca peruviana" nos sertões do Piauí, na região sob sua autoridade.

Em suma, a fonte epistolar denuncia a preocupação por parte de José Teles da Silva em providenciar alternativas de exploração para a colônia. A casca encontrada, tão parecida com a do Peru, ao lado da cochonilha, conferiria riqueza e abundância a Portugal. Em 12 de dezembro de 1797, o então governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando António de Noronha, remete ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e se dispõe a cumprir ordens reais sobre a descobertas de quina, salitre e tabaco em sua região. Após enviar terra salitrosa e algumas amostras das plantas à Secretaria de Estado,

10 AHU, Piauí, 1763. “Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.”, datado de 15 de fevereiro de 1763. AHU, Piauí, cx. 9, doc. 519 (Avulsos).

11 AHU, Piauí, 1787. “Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.”, datado de 30 de junho de 1787. AHU, Piauí, cx. 17, doc. 850 (Avulsos).

a autoridade ficou no aguardo pela autorização do rei para recolhê-las. No mesmo documento, informa a chegada do novo Governador do Piauí e afirma que o designou para tal diligência, dada sua capacidade de, ao lado de outros, “satisfazer este fim”.¹²

12 AHU, Piauí, 1797. “Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Fernando Antônio de Noronha, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira.”, datado de 12 de dezembro de 1797. AHU, Piauí, cx. 20, doc. 1048 (Avulsos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o estudo materializado neste texto nos esclareceu que foram complexas as relações que se estabeleceram entre seres humanos e meio ambiente ao longo da expansão ultramarina. A interseção entre História Ambiental, História da Ciência, Economia, Botânica Colonial, etc. revelou-se fundamental para compreender a dinâmica dessa interação. O que se pode observar é que o escopo de análise tem crescido no cenário historiográfico e novos aspectos têm sido alvo de investigação. O estudo de cartas, mapas e documentos coloniais permitiu que nos aproximássemos das circunstâncias pretendidas para entender melhor nosso objeto. A corrida pela quina no Piauí foi fortemente influenciada pelas circunstâncias históricas do território. O isolamento da capitania, a crise açucareira, as reformas pombalinas, a intenção de povoar novos territórios foram fatores fundamentais para o avanço dos sujeitos que se interessaram por esse recurso. Dessa forma, pode-se dizer que houve avanços no processo de pesquisa. Visa-se, numa pós-graduação, ampliar o número de fontes e reler os materiais que fizeram parte do presente texto. Por certo, haverá mais possibilidades de busca no acervo eletrônico, que se pretende ampliar, a partir do que foi plantado com este primeiro trabalho. Somado a isso, buscaremos analisar as impressões de mais atores da colônia e da metrópole a respeito das espécies naturais, paisagens e das aplicações desses componentes na recuperação da saúde humana, da quina-quina em especial; e compreender melhor, como proposto, as experiências de contato entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, indígenas, autoridades coloniais e suas práticas de cura.

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico Ultramarino

“Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.”, datado de 15 de fevereiro de 1763. AHU, Piauí, cx. 9, doc. 519 (Avulsos).

“Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.”, datado de 30 de junho de 1787. AHU, Piauí, cx. 17, doc. 850 (Avulsos).

“Requerimento de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente [D. João], solicitando que seja enviado à Casa das Índias, o aviso que determina que lhe sejam entregues os 17 surroins de quina, que lhe foram consignados pelo governador do Piauí.”, datado de 31 de dezembro de 1792. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 961 (Avulsos).

“Ofício de Manuel Pinheiro Osório, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. Fernando António de Noronha, sobre a remessa de quina branca, preta e quina-quina solicitada, produtos que existem com maior abundância nas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí.”, datado de 12 de abril de 1795. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 993 (Avulsos).

“Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Fernando António de Noronha, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira.”, datado de 12 de dezembro de 1797. AHU, Piauí, cx. 20, doc. 1048 (Avulsos).

“Carta do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, à rainha [D. Maria I], sobre o regulamento acerca do corte de madeiras para venda às nações estrangeiras, e acerca da necessidade de regularizar o corte de quina, visto haver esta em grande quantidade na capitania.”, datado de 15 de agosto de 1798. AHU, Piauí, cx. 21, doc. 1074 (Avulsos).

“Ofício do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país.”, datado de 16 de agosto de 1799. AHU, Piauí, cx. 22, doc. 1166 (Avulsos).

“Ofício do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Moraes, ao [Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o pedido do príncipe regente [D. João] de enviar para o reino, cascas, plantas medicinais e de sementes, acompanhadas de um catálogo descritivo.”, datado de 08 de janeiro de 1801. AHU, Piauí, cx. 24, doc. 1236 (Avulsos).

“Ofício (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], ao [Intendente das Boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca,

sobre o envio para o jardim botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil.”, datado de 21 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1311 (Avulsos).

“Ofício do bacharel, Manuel Bernardo de Sousa e Melo, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], sobre as diligências efectuadas pelo sargento-mor de milícias do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, na procura de cascas de peruviana ou quina e outros produtos naturais, durante quatro anos nos sertões da dita capitania.”, datado de 24 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1312 (Avulsos).

“Ofício de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre seu parecer acerca da qualidade da quina ou casca de peruviana descoberta na capitania do Piauí e as suas qualidades terapêuticas.”, datado de 03 de janeiro de 1804. AHU, Piauí, cx. 27, doc. 1376 (Avulsos).

“Ofício do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [José Rodrigues de Sá e Melo Menezes e Soutomaior], sobre remessa de quina para o reino.”, datado de 22 de agosto de 1806. AHU, Piauí, cx. 29, doc. 1511 (Avulsos).

Bibliografia

ALMEIDA, Danielle Sanches de. O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808. 2017. 382 f. **Tese** (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Centro Alexandre Koyré, 2017.

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798). 2020. **Tese**, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **As Viagens de Auguste de Saint-Hilaire**. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2023. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>.

BOLZANI, da S.; BOLZANI, Vanderlan da S. Do Peru à Java: A trajetória da quinina ao longo dos séculos. São Paulo: Mackenzie, 2016.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASTELLO BRANCO, Leonardo da Senhora. ***O Impio confundido, ou refutação a Pigault Le Brun: poema philosophico em que se demonstra innegavelmente, pela philosophia e pela historia, a existencia de Deos, e a verdade da religião catholica***. Lisboa: Typ. Viuva Silva e Filhos, 1837.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/UFGA, 2010.

COMPARETTI, André. **Observações sobre a propriedade da quina do Brasil**. Lisboa: Na Typografia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. (Trad. de SILVA, José Ferreira).

COSTA FILHO, Alcebiades. Atividades econômicas e sociedade. In: **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANIEL, Pe. João SJ. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**, vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 523.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio-ago. 2017.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **A metamorfose das plantas**. Tradução, introdução, notas e apêndices de Maria Filomena Molder. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

KURY, Lorelai Brilhante. O naturalista Veloso. **Revista de História**, [S. l.], n. 172, p. 243-277, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98752. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/98752>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Systema de materia medica vegetal brasileira**. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Laemmert, 1854.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

RAJ, Kapil. *Beyond Postcolonialism... and Postpositivism. Circulation and the Global History of Science*. Isis, n. 104, p. 337-347, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdf/10.1086/670951.pdf?acceptTC=true>. Acesso em 25 mai. 2023.

SANJAD, Nelson. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. **Anais do colóquio luso-brasileiro de História da Arte**, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SILVA, Mairton Celestino da. Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800 / Mairton Celestino da Silva. – 2016. **Tese (doutorado)** - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. **Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quina tendentes ao seu descobrimento nos vastos domínios do Brasil**. Lisboa: Na Officina de João Procópio da Silva, 1799.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Dinorah Franca Lopes,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Natureza e circulação de valores: a quinana-
quina no Piauí (século XVIII).
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 09 de outubro de 2023.

Dinorah Franca Lopes
Assinatura

Dinorah Franca Lopes
Assinatura